
Boletim do Legislativo nº 4

Copa do Mundo FIFA 2014: da subestimação ao superfaturamento? A evolução dos preços dos estádios de 2007 a 2011

Alexandre Sidnei Guimarães¹

Ao se fazer uma simples comparação dos dados relativos à construção ou reforma dos estádios para a Copa 2014 na candidatura brasileira em 31 de julho de 2007 com os dados reunidos por vários documentos no início de junho de 2011, um surpresa nada positiva: os preços saltaram de cerca de R\$ 2,1 bilhões (US\$ 1,1 bilhão) para mais de R\$ 7 bilhões.

O que houve? Mais um superfaturamento tão comum e sempre mal explicado na história das obras em nosso País? Este texto tenta analisar o que houve e, para isso, necessita-se partir de uma análise histórica da candidatura e da comparação com as propostas de candidaturas feitas para as Copas do Mundo FIFA 2018 e 2022.

Primeiramente, deve-se ter em mente que, à época da candidatura nacional, a FIFA praticava o chamado rodízio de continentes, e era a vez da América do Sul. Houve interesse inicial de Argentina, Brasil e Colômbia. Em 17 de março de 2006, os países-membros da Confederação Sul-Americana de Futebol (CONMEBOL) escolheram unanimemente o Brasil como seu único candidato.

Sendo o único candidato, o Brasil teve todo o tempo para analisar os problemas, verificar as possíveis soluções e preparar um bom planejamento, com uma antecipação nunca antes dada a nenhum candidato.

Já nas apresentações feitas pelas cidades candidatas à Comissão de Avaliação da FIFA, entre agosto e setembro de 2007, ou seja, menos de dois meses depois da candidatura, a estimativa total ficou acima de R\$ 4,3 bilhões de reais (cerca de US\$ 2,5 bilhões, à época). Vale dizer que o total se referia ao investimento em 17 estádios, posto que uma das cidades, Belo Horizonte, não arriscou fazer estimativa de investimento nas obras do Mineirão.

¹ Consultor Legislativo do Senado Federal para as áreas de Esporte e Turismo.

Os orçamentos apresentados pelas cidades se aproximaram da realidade, comparadas aos estimados pelas quatro candidaturas à Copas de 2018 e pelas sete candidatas ao Mundial de 2022.

Menores ou comparáveis aos dados (subestimados, como se poderá constatar) pela CBF, somente os da Coreia 2022, de US\$ 880 milhões (para a reforma de 13 estádios e a construção de 1), e do Japão 2022, com valores estimados variando entre US\$ 700 e 1.300 milhões (para a reforma de 12 estádios e a construção de 1). Vale lembrar que ambos sediaram, em conjunto, a Copa 2002, e que as reformas seriam apenas “retoques” nos maravilhosos estádios que já possuem; diferentemente do que se viu no Brasil, onde muitos dos projetos de reforma passaram a projetos de reconstrução, em virtude da inviabilidade de aproveitamento das estruturas arcaicas dos estádios nacionais.

Algo interessante é observar que Portugal e Espanha, que se candidataram em conjunto nos processos para as Copas de 2018 e 2022, apresentaram projetos para 21 estádios, sendo 7 já prontos (necessitando apenas de adaptações para a realização do Mundial), 9 a reformar e 5 a construir, totalizando um investimento de US\$ 2 bilhões de dólares; ou que a Inglaterra, candidata a Copa de 2018, estimou gastos de US\$ 2,5 bilhões para a reforma de 5 estádios e a construção de mais 5, dos 17 estádios apresentados.

As candidaturas vitoriosas da Rússia para 2018 e do Catar para 2022 estimaram gastos de, respectivamente, US\$ 3,82 bilhões (para reforma de 3 estádios e a construção de 13) e US\$ 3 bilhões (para também reformar 3 estádios e construir 9). Pode-se argumentar que esses países também poderão ultrapassar a estimativa inicial, mas, em nenhum dos dois casos, o orçamento apresentado na candidatura foi contradito ainda durante o processo de avaliação feito pela FIFA.

Aumento dos valores iniciais ocorreu (e poderá ocorrer com os próximos países-sedes), num segundo momento, com a assinatura das Matrizes de Responsabilidades pelos governos federal, estaduais e municipais das cidades-sedes, em que a soma dos investimentos para as obras dos estádios, e entorno desses, foi de quase R\$ 5,4 bilhões (cerca de US\$ 3,2 bilhões, em valores do início de 2011), constante do “1º Balanço das Obras da Copa 2014”, publicado pelo Ministério do Esporte em janeiro deste ano, e equivalente aos já supracitados de Rússia e Catar. Isso sem o estádio de São Paulo, cuja indefinição ameaça inclusive sua viabilidade como sede.

De janeiro ao início de junho de 2011, o investimento total já estava em cerca de R\$ 7 bilhões, juntando os valores mostrados no estudo “O TCU e a Copa 2014”, publicado em abril, nas apresentações feitas nas rodadas do II Fórum Legislativo nas

Cidades-Sedes da Copa 2014, promovido pelas Comissões de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados (CTD/CD) e de Desenvolvimento Regional e Turismo do Senado Federal (CDR/SF), e nas audiências públicas feitas à Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016 do Senado Federal (CMACOPOLIM/SF).

Segundo esses dados, públicos, mas não oficiais completamente, vemos surpresas positivas como quedas em valores em estádios como o de Brasília e o de Cuiabá, mas preocupações, como o valor incerto do estádio também indefinido da cidade de São Paulo, que pode passar facilmente dos R\$ 500 milhões, ou o do Maracanã, que, ainda que “reduzido” a cerca de R\$ 800 milhões, possivelmente não contabiliza a necessária reconstrução total da cobertura e sua estrutura de base.

Partimos de uma subestimação ao início de superfaturamento? Impossível saber de forma precisa; não há transparência total nos dados e estágios das obras nem nas tão proclamadas novas exigências feitas pela FIFA (quais são e em quanto aumentam os custos?).

E mais um fator surge para preocupar o contribuinte, a possível aprovação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC), específico para contratos e licitações da Copa e das Olimpíadas, que, em si, não é de todo ruim, pois agilizará alguns processos licitatórios, mas a que custo se não há transparência? Pelo texto do agora Projeto de Lei de Conversão 17/11, pode tornar-se sigiloso até o orçamento previamente estimado para a contratação de determinada licitação. O objetivo, dizem, é permitir maior concorrência; mas, por que manter o sigilo mesmo depois de encerrado o processo licitatório?

O que se tem de certo é a necessidade urgente de que todos os setores tomem frente, exijam esses dados e fiscalizem as obras. O dinheiro é público em grande parte (hoje, entre R\$ 6 e 6,5 bilhões) e a Copa deve “deixar um legado de melhoria nas condições de vida do nosso povo” (e este é um tema a ser desenvolvido em estudo próprio!), como afirmou o ex-presidente Lula em várias ocasiões. Será que a sociedade conseguirá estancar essa possível sangria de dinheiro público e obter algum benefício após o fim do Mundial de 2014?

Junho/2011